

**“PARA QUE SE SAIBA COMO ESTA EMPRESA FOI FAVORECIDA DO CÉU”:
O DRAMA BARROCO DA CARNE E DO ESPÍRITO NO PERÍODO FILIPINO**

SYLVIA BRANDÃO RAMALHO DE BRITO¹

Benedetto Croce afirmou que seria impossível pensar o século XVII "sem rever em sonhos a figura do pregador, vestido de negro como um jesuíta, ou vestido de branco como um dominicano ou com o saio negro do capuchinho, gesticulando numa igreja barroca, perante um auditório luxuosamente vestido?" (CROCE apud VILLARI, 1995: 117). Para além da imagem incrustada na cultura história seiscentista, os discursos dos cronistas, muitos deles, religiosos, tiveram um importante papel na difusão da fé católica e na manutenção da ordem daquela sociedade. Para compreender o drama barroco dentro da perspectiva da América portuguesa, encenado no século XVII², utilizaremos como norte a história³ intitulada *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade*. A obra, escrita entre 1645 e 1646, em Pernambuco, durante o período filipino, pelo religioso português Manoel Calado do Salvador (1584-1654), foi dedicada a D. Teodósio, Duque de Bragança.

Manoel Calado e sua obra estão enraizados na geografia do poder ideado pela sociedade do Antigo Regime. Aparecem em *O Valeroso Lucideno* as linhas representativas dominantes referentes às formas plurais de expressão do suposto vigor ou da inconfessada fragilidade da Coroa portuguesa. As estratégias discursivas, a importância dos sinais divinos,

¹ É Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação Universidade Federal da Paraíba. Possui Mestrado em História pela Universidade de Salamanca. Atualmente, é doutoranda da Universidade de Salamanca onde desenvolve pesquisa sobre a Paraíba na Monarquia Hispânica.

² Advertimos que o conceito de "século XVII" é mais do que um conceito cronológico. Segundo Maravall, este seria um conceito histórico, significando uma época "diferenciada de las restantes en el sistema de sus creencias" (MARAVALL, 1997: 13).

³ Pensamos ser importante delimitar alguns aspectos referentes às narrativas seiscentistas, tendo por norte a discussão que faz a historiadora Maria Lêda Oliveira, em seu estudo sobre Frei Vicente do Salvador, sobre a historiografia no chamado período barroco: "O presente, como fonte 'inspiradora' para a construção da escrita da História, conflui necessariamente para a utilidade do discurso, o qual, para ser 'corretamente útil', deveria ser demonstrado através da experiência" (OLIVEIRA, Maria Leda. *A história do Brasil de Frei Vicente do Salvador: história e política no Império Português do século XVII*. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht, 2008: 74). Toda história se configura a partir de sistemas e códigos sociais em que ela está inserida. Desta forma, *O Valeroso Lucideno* é uma obra histórica, dentro do que se entendia por história no século XVII. Dentre as leis básicas da historiografia do período estava o sentido de verdade, que residiria na forma de contar verdadeiramente um fato.

as justificativas utilizadas durante a chamada “guerra de Pernambuco”⁴, o necessário controle Real em conformidade com o bem comum, a submissão dos colonos como vassallos honrosos e leais. O estudo de um livro tão peculiar nos possibilita a compreensão de uma visão de mundo particular, mas consoante com o universo cultural do qual fazia parte. A América portuguesa aclimatizou as particularidades do mundo luso, tornou-se herdeira do ideário ibérico, confluindo em um espaço onde brotaram algumas das supostas feições arcaicas do Antigo Regime.

Para Manoel Calado, cujo pensamento era baseado nas interpretações bíblicas, os feitos, históricos ou não, eram, em sua ocorrência natural e mecânica, resultados de uma Providência divina. A identidade divina está presente enormemente nos esquemas alegóricos dos escritos seiscentistas. A religião ocupava um posto central para os homens do século XVII, fossem eles católicos ou protestantes. Charles Boxer afirmou que o elemento religioso mobilizou portugueses, católicos romanos, e holandeses calvinistas. Cada povo considerava-se o paladino de sua religião e, em decorrência disso, acreditava estar travando uma batalha com Deus contra seus inimigos (BOXER, 2002: 121).

Podemos dizer que o mundo ocidental do século XVII é o mundo do barroco, condensado no espiritual, no intelectual e no político. Aquele foi um período em que predominava a chamada história providencialista, originária da Idade Média, mas ainda um discurso que separava o plano terreno do divino, latente aos homens daquele tempo que costumavam adotar interpretações místicas para explicar suas inquietações e medos terrenos. O elemento mágico ainda estava fortemente vinculado ao Estado moderno. O próprio poder do rei advinha de uma graça divina.

É impossível compreender o barroco – seja enquanto estado de consciência, categoria histórica ou mentalidade – fora da representação política e social do chamado Antigo Regime. Aquela ordem social em transformação produziu artefatos culturais que carregavam consigo características muito próprias àquela sociedade: um novo papel para o indivíduo, um Estado em formação, uma multiplicidade de confissões religiosas, carregadas de espiritualidade e preocupadas com o progresso. Podemos utilizar Manoel Calado como uma fonte privilegiada

⁴ O termo "guerra de Pernambuco" aparece de forma corriqueira na documentação contemporânea luso-espanhola encontrada no Arquivo Histórico Ultramarino, em Portugal, e no Archivo General de Simancas, na Espanha. A expressão também é utilizada por inúmeros cronistas do período, além de Manoel Calado, mencionamos especificamente Diogo Lopes Santiago e Duarte de Albuquerque Coelho.

para a observação das imagens difundidas pelo barroco. O religioso português deve ser compreendido dentro de um contexto histórico, retórico e místico. Calado, português de nascimento, inserido no cenário colonial, realizava um processo de reprodução e, ao mesmo tempo, de recriação dos modelos doutrinários da cultura clássica.

Providencialismo e Alegoria Divina

A cultura barroca acabou sendo uma resposta a um período de crise e de transição, quando os antigos valores da nobreza europeia entraram em choque com a ascendente burguesia. Contudo, em muitos aspectos, a monarquia clássica não rompeu com as doutrinas medievais no século XVII e a persistência da história providencialista, com sua tríade conceitual *pecado – castigo – redenção*, é um claro exemplo disso.

O componente central do pensamento de Manoel Calado seguiu a trilha da ortodoxia cristã, que defendia ser Deus quem conduzia o curso da história. Para Calado, os pecados dos moradores, na América portuguesa, foram os principais motivos da invasão holandesa. Os acontecimentos narrados em *O Valeroso Lucideno* foram submetidos à tutela de uma história de cunho providencialista na qual os fatos históricos estariam atrelados aos planos de Deus. Segundo Mário César Lugarinho, em um estudo sobre António Vieira, os escritos seiscentistas portugueses tiveram como premissa quase obrigatória o destino, “fundamentado no mito e na profecia”. Conforme o estudioso, a historiografia no tempo de Vieira propunha levar em consideração “o mito, o sonho, a profecia” (LUGARINHO, 2011: 185).

Achamos pertinente destacar uma comparação que faz Calado entre o pecado e as desgraças acometidas aos moradores de Pernambuco, enfatizando ser o pecado a causa e o efeito da perversão e destruição das coisas. Essa conjectura é feita para explicar a invasão dos holandeses à capitania de Pernambuco como castigo divino decorrente dos desmandos aí então presentes:

Quem se houvesse achado na vila de Olinda, cabeça da grande capitania de Pernambuco, e das de mais da parte do Norte, antes que os Holandeses a ocupassem, e a tornasse a ver depois que nela entraram os Holandeses, e a renderam sem muito parafusar, em breve alcançaria, que havia sobre ela caído a vara da divina justiça; a instância dos pecados em que estava enlodada. Era aquela república antes da chegada dos Holandeses a mais deliciosa, próspera, abundante,

e não sei se me adiantarei muito se disser a mais rica de quantas ultramarinas o Reino de Portugal tem debaixo de sua coroa, e cetro. O ouro, e a prata era sem número, e quase não se estimava; o açúcar tanto que não havia embarcações para o carregar, que com entrarem cada dia, e saírem de seu porto grandes frotas de naus, navios, e caravelas, e se andarem as embarcações encontrando umas com outras, em tal maneira, que os Pilotos faziam mimos, e regalos aos senhores de engenho, e lavradores, para que lhes dessem duas caixas, não se podia dar vazão ao muito que havia (CALADO, 1648, Livro Primeiro, Capítulo 1: 8)

Pierre Moreau, cronista francês a serviço do lado holandês, de uma forma até mais abrangente que Manoel Calado o fez, fala da terra dos vícios e pecados que encontrou na América portuguesa:

Todos, indiferentemente, levavam vida lasciva e escandalosa; judeus, cristãos, portugueses, holandeses, ingleses, franceses, alemães, negros, brasileiros, tapuias, mulatos, mamelucos e crioulos coabitavam promiscuamente, sem falar dos incestos e pecados contra a natureza, pelos quais diversos portugueses convictos foram condenados à morte. (MOREAU, BARO, 1979: 30)

Segundo Alcir Pécora (2000), em um estudo sobre Antônio Vieira, na introdução de *Sermões*, a questão relevante, para a história do discurso engenhoso do século XVII ibérico, seria a sinalização do divino enquanto Providência orientada para a redenção do próprio homem⁵. Manoel Calado foi, portanto, um exemplo da cultura da sua época, apreciador da literatura sagrada, grega e latina. Foi imerso em uma filosofia – que hoje podemos denominar barroca – que o religioso português traduziu os desígnios da América portuguesa para a Europa. Calado fora um produto cultural do seu meio e o entrelaçamento entre a tradição europeia e os estímulos locais atuaram como ingrediente decisivo em sua obra.

Encontramos em *O Valeroso Lucideno*, longas exposições de conteúdo doutrinário e sagrado. A concepção histórico-cristã vinha sendo aplicada desde a Antiguidade tardia e a Idade Média. Os acontecimentos narrados por Manoel Calado estavam submetidos à tutela de uma história de preceitos providencialistas que foi uma vertente muito comum (e, supostamente, natural) aos homens do século XVII. Segundo esse flanco histórico-filosófico, os projetos realizados pela ação do homem se cumprem não porque o homem os concebeu, mas porque a Providência divina assim o quis.

⁵ Mais informações em PÉCORA, Alcir. *Sermões: o modelo sacramental*. In: VIEIRA, Antônio. *Sermões: Padre Antônio Vieira*. São Paulo: Hedra, 2000.

Manoel Calado, e muitos outros autores chamados barrocos, mesclavam, em suas obras, aspectos da antiguidade em meio a preceitos cristãos com o objetivo de mover os afetos do leitor. Era na poesia (que o frade chamava de “leitura mais gostosa”), mais do que na prosa, que Calado gostava de utilizar essas combinações:

*A Ciparissa, Deusa dos amores,
Fuja deste meu canto, que não quero
Misturar passatempos cos rigores
De Rômulo, de Atreu, Nabuco, e Nero;
O baixo, o alto, o tiple e os tenores,
Cantem com triste acento o ódio fero
Dos pérfidos hereges Luteranos
Contra os atribulados Olindanos
(CALADO, 1648, Livro Quinto, Capítulo 5: 337)*

Eduardo D’Oliveira França mostrou que esse dualismo perdurou por um longo tempo na consciência europeia – ele denomina essa equação de “humanismo cristão” e resume claramente o enredo:

No museu da Antiguidade recolhiam-se exemplos edificantes e cheios de beleza a serem enquadrados numa hermenêutica de preceitos cristãos. Os heróis antigos serviam de modelos cristãos. A Bíblia e Tito Lívio eram citados lado a lado. S. Tomás e Sêneca podiam figurar juntos no mesmo texto. (FRANÇA, 1997: 47)

As considerações doutrinárias e teológicas que fazia Manoel Calado eram ilustradas por comparações retiradas do cotidiano. Figuras, parábolas e metáforas representativas desse sincretismo do antigo com o moderno estavam constantemente presentes nos sermões que são intercalados em *O Valeroso Lucideno*. Calado se formou numa tradição humanística, teve acesso aos autores clássicos (Virgílio, Ovídio, Homero, Aristóteles), e, no intuito de despertar a atenção dos seus leitores, utilizava um arsenal inesgotável de alegorias que tratava de incluir na experiência diária da guerra que vivenciava. Enquanto condenava vícios e corrigia atitudes, Manoel Calado louvava as virtudes do regime monárquico português, destrinchando toda a sua cultura erudita, manejando as sagradas escrituras, citando os filósofos clássicos e apropriando-se de fatos históricos, inserindo-os e moldando-os na sua narrativa do conflito luso-holandês.

Os sermões exerciam um importante papel para as sociedades ibéricas do século XVII no que diz respeito à difusão da chamada boa razão de Estado, pois lançavam ideias sobre a concepção de poder, unindo as práticas sociais ao dever católico:

Havia uma atitude de doutrinação implícita na função pastoral do sermão. Se assim não fosse, nem este teria a força capaz de captar tanto público. Assistir à explanação da palavra fazia parte do viver do bom cristão, era forma exterior de aderência atenta aos princípios da verdade revelada e pela Igreja mantida com autoridade (GOUVEIA, 1993: 295-296)

O Valeroso Lucideno exaltava frequentemente a nação portuguesa como privilegiada por Deus para dominar outros povos e as riquezas como gratificação pelo bem que praticavam. Para Karl Lowith, a mais óbvia manifestação da Providência era a ideia de povo escolhido, eleito por Deus, dentre todos os demais, “manifestación demonstrativa como ninguna otra del significado religioso de la historia politica” (LOWITH, 1973: 158).

Segundo o frade português, a proteção divina, tendo já suficientemente castigado os moradores da capitania portuguesa, operava agora em prol da Restauração Pernambucana, voltando-se contra os holandeses⁶. Portugal e Pernambuco, só poderiam ser salvos através da religião católica e do bom governo de um rei leal e prudente.

A convicção de que Portugal era a nação missionária por excelência no mundo ocidental estava difundida e enraizada de todas as formas na obra de Manoel Calado. Portugal e suas possessões estavam sendo castigadas pelos seus erros do passado. Mas, ainda assim, os portugueses seriam o povo eleito, cabia esperar e obrar pela redenção. A motivação, que o frade denominava de patriótica, de exaltação de um passado histórico e fabuloso, apresentava-se inextricavelmente aliada à justificativa religiosa.

A Providência divina acolheria, portanto, a participação humana de forma colaborativa. O providencialismo presente em *O Valeroso Lucideno* não era passivo, como o dos homens do medievo, mas complementar. Deus não pretendia sempre a vitória dos bons cristãos. Estes deveriam passar por provações e desafios, de forma a fortalecer ainda mais o seu triunfo. O tópico da queda de Pernambuco, tão bem descrito por Calado, comprova essa

⁶ Sobre a funcionalidade dos lusitanos, Charles Boxer atenta para a finalidade cumulativa que as bulas papais trouxeram para os portugueses – e, posteriormente, para outros povos europeus – qual seja, dar a devida sanção religiosa àquelas nações, o que representaria uma atitude dominadora em relação a todas as raças que estivessem fora do seio da cristandade (BOXER, 2002: 39).

acepção. A persistência das teorias providencialistas deve ser levada em conta por quem pretende estudar esse período. A Providência atuava na história e tinha uma inegável força na realidade da existência daquela sociedade.

A História nos escritos seiscentistas

A instabilidade dos tempos, bem como a herança do Renascimento e dos Descobrimentos, causou uma ruptura visível, provocando no homem seiscentista a consciência de sua capacidade de intervir no devir histórico. Conforme Oliveira, “essa consciência política desencadeou, também, uma convivência diferenciada em relação à produção do ‘saber histórico’” (OLIVEIRA, 2008: 49).

Essa tomada de consciência certamente atingiu Manoel Calado visto que o religioso construiu o seu discurso histórico enfatizando os itens basilares da historiografia do barroco: a religião, o Estado e a guerra. A obra escrita por Calado adota como fio metodológico uma mescla de narrativa política, tratado teológico-moral e espelho de príncipe – todas essas tópicas, elementos constituintes do que se entendia por história no século XVII.

Calado, em sua obra, se apropriou das Sagradas Escrituras e da Patrística com o intuito de aprimorar o seu discurso providencialista, que ele apresentava como verdade inamovível. O religioso utilizou-se de raciocínios dialéticos aristotélicos, preocupado sempre com a persuasão, no intuito de comover os seus leitores. O religioso português encontrava analogias entre a sua realidade como partícipe de uma guerra e as guerras travadas e promovidas na Antiguidade, muitas vezes, fundindo à sua narrativa, passagens extraídas de autores gregos e latinos, em meio a textos bíblicos.

Muitas narrativas históricas do século XVII poderiam ter um caráter exemplar, de celebração de fatos admiráveis, de modo a auxiliar em favor do bom governo, à luz da razão de Estado católica. Segundo Maravall, as narrativas históricas tinham uma finalidade política muito clara. Estas deveriam mostrar ao governante “cómo ha de obrar, atendendo a su persona, y aún más, le mueve a obrar em virtude de la fuerza de imitación, que el siglo XVII concibe como um resorte psicológico de primordial importância” (MARAVALL, 1997: 67).

O topos da *historia magistral vitae* foi cunhado por Cícero, e, segundo Koselleck, perdurou quase incólume até o século XVIII. A história, com esse objetivo pedagógico, seria, através de uma instrução exemplar, “testemunha dos tempos”. Esse tipo de história teria o papel de uma escola, que ensinava a ser sábio e prudente, sem incorrer em antigos erros (KOSELLECK, 2006: 42-44). Através de *O Valeroso Lucideno* podemos ver o quanto essa tradição permanece. Ao noticiar exemplos gloriosos do passado, Calado pressupunha uma utilidade para o seu discurso. Sua escrita continha idealizações que eram estímulos para a ação, para a interferência no curso do presente. Atentar para os perigos dos desperdícios dos moradores, da má administração espanhola, e, sobretudo, as ameaças da invasão holandesa àquele território, era um claro modelo disso.

Sobre a utilidade do discurso historiográfico, Manuel Severim de Faria, chantre da Sé de Évora, que possuía considerável prestígio entre os letrados ibéricos do século XVII, afirma que devia ser essencial o apego às notícias fidedignas. Para Severim de Faria, a escrita da história possuía três leis, “que são verdade, clareza, e juízo, como as outras partes a que chamam integrantes” (FARIA, 1624: 39). A ideia sobre o valor da história tinha, pois, um sentido político, que os teóricos da época não cessavam de recomendar.

Segundo Marcos Antônio Lopes, a escrita da história no século XVII valia-se fundamentalmente, da eloquência, notadamente sem o devido rigor nas pesquisas. Para este historiador, “o príncipe cristão era o centro para onde tudo devia tender e se relacionar”. O soberano, portanto, era considerado o ponto de equilíbrio para aquela sociedade política, constituindo muitas vezes o núcleo da narrativa histórica, cujas discussões giravam em torno de como se estabelecer a melhor forma de governo, e de como se adotar as virtudes morais do soberano, constituindo-se, assim, uma verdadeira moda literária, conforme afirma Lopes, a partir de uma análise sobre a obra *Politique*, de Bossuet (LOPES, 2008: 641; 651-652). Essa afirmação se coaduna com a perspectiva de uma cultura política assentada em uma percepção de uma razão de Estado católica, que visasse, a partir de sua escrita, à manutenção de privilégios e também do bem comum.

Alcir Pécora, em *Máquina de gêneros*, afirma que tanto Camões, com sua épica, quanto Antônio Vieira, com os seus sermões, compreendem a sua arte como “estímulo, louvor e documento das proezas memoráveis dos antepassados, de virtudes sublimes dos heróis e de

esperanças futuras do Reino” (PÉCORA, 2001: 138). Calado também pensava deste modo quando delineava os feitos pretéritos dos portugueses de modo a estimular os do presente. Os feitos históricos, sob sua pena, tinham uma clara intenção de motivar, eram tidos pelo frade como instrumentos temporais da vontade divina.

A interpretação dos acontecimentos nas narrativas históricas seiscentistas se dava, portanto, através de algumas regras racionais. Vimos que o mote para explicação do presente se fundamentava ainda em uma concepção providencialista da história, mesmo que esta tenha incorporado novos elementos com o tempo, sobretudo, tendo ocorrido a ampliação do espaço de experiência⁷, dando ao homem a possibilidade de interferir no rumo da história. É dentro desse espaço que Manoel Calado responde. Procurando dar sentido à sua escrita, Calado faz uso de ideias e sistemas de pensamento que são condicionados por uma conjuntura espacial e temporal.

Segundo Marcello Moreira, as regras de preceituação de uma escrita retórica dizem respeito a espécies discursivas específicas, presentes nas tipologias dos diversos discursos existentes. O conhecimento dessas regras possibilitaria uma melhor inteligibilidade por seus leitores, os quais ele chama de “destinatário textual do tipo discreto” (MOREIRA, 2006: 86-88). Foi com a modernidade que o historiador alcançou um status privilegiado e as narrativas históricas passaram a atingir a um maior número de leitores. Sobre a recepção dessas obras, Hansen afirma que haveria duas categorias: os leitores discretos e os leitores néscios. O discreto possuía engenho e prudência, apresentando as virtudes do cortesão e do perfeito cavaleiro cristão, o que fariam dele um tipo agudo e racional. Já o leitor néscio seria rústico e confuso, caracterizando-se pela falta de juízo. Mas essas categorias eram fundamentalmente intelectuais, não se explicando pela dicotomia dominante/dominado:

Quanto ao entendimento da poesia, o letrado é provavelmente o discreto, ao passo que o outro, embora não a entenda, tem o dinheiro e o poder que lhe permitem comprar o letrado que a produz para ele, haja vista a proliferação do gênero encomiástico também no século XVII. (HANSEN, 2004: 93)

⁷ Espaço de experiência, junto com horizonte de expectativa, foram categorias formuladas por Koselleck. Segundo o historiador, todas as histórias são concebidas a partir de experiências vividas e também por expectativas. Dentro desta dinâmica, os sentimentos se entrelaçariam, “esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem” (KOSELLECK, 2006: 310).

Calado, adota um estilo culto desde o prólogo, demonstrando que escreve ao “pio, e benigno leitor” (CALADO, 1648, Prólogo ao Leitor). As narrativas históricas eram apreciadas pelos leitores discretos. O seu leitor⁸ era douto, como ele. Conhecedor dos grandes clássicos, o seu destinatário provavelmente também respiraria do espírito das letras seiscentistas com seus aspectos religiosos, mas também, com suas manifestações supersticiosas, contradições tão caras à época barroca.

Segundo Quentin Skinner, o historiador deveria cultivar um poderoso estilo retórico de forma a se igualar em relação aos feitos por ele registrados (SKINNER, 1988: 122). Isso não escapou a Manoel Calado. A sua experiência na América portuguesa foi narrada de forma grandiosa, com intuitos pedagógicos (como as literaturas exemplares e as de conselho de príncipe), mas principalmente com intenções políticas. Calado foi porta-voz e também testemunha de defesa daqueles candentes acontecimentos, filiando os seus escritos a uma história providencialista moderna, porque acreditava na reversibilidade das coisas terrenas.

A terrena obra e a celeste empresa

Quando da publicação de *O Valeroso Lucideno*, Portugal vivia tempos atribulados, esforçando-se para obter a sua autonomia e o seu reconhecimento entre os outros países. A Restauração de sua independência política, que se iniciou em 1640, durou até 1668, num esforço gigantesco de retomada das suas conquistas no Brasil, na África e na Ásia. Era necessário retomar o norte político, organizando-se administrativamente, inclusive em relação às suas colônias “situadas a milhares de léguas da cabeça do reino”. Portugal estava em plena decadência material, com o esgotamento de suas energias, tão envolvidas nas lutas contra os espanhóis (THOMAS, ALVES, 1991: 100-101). A situação da Coroa portuguesa, sobretudo no início da Restauração, era muito instável, o que fazia com que também corresse mal e fossem desfavorecidas as solicitações de socorro vindas do Nordeste açucareiro.

⁸ Sobre a questão da leitura no século XVII ibérico, Ana Isabel Buesco afirma que as taxas de analfabetismo eram altíssimas, ultrapassando os 80%. Estariam aptos a ser leitores uma parcela pequena da população. “Nesse quadro, as categorias da população entre os quais se pode recrutar leitores são o clero, membros da administração e altos funcionários, letrados, notários, advogados, médicos, intelectuais e mercadores, mas também extractos de uma nobreza progressivamente mais sedentária e mais sociabilizada” (BUESCO, 2000: 34).

Conforme Luciano Figueiredo, aquele foi um tempo de incertezas e de descontentamentos também no mundo ultramarino. De acordo com o historiador, foram as revoltas na América portuguesa que permitiram o reestabelecimento do diálogo político dos colonos com o soberano. A Coroa se viu na contingência de fazer um rearranjo de forma a recuperar o equilíbrio perdido. Não apenas o poder central, mas também os súditos sabiam os papéis a serem exercidos, no sentido de garantir interesses, direitos e privilégios, dentro da estrutura política corpórea em que estavam envolvidos (FIGUEIREDO, 2001: 224-225).

A matriz do pensamento político presente em *O Valeroso Lucideno* estava muito clara. Manoel Calado objetivava, com o seu livro, justificar e testemunhar em favor dos moradores⁹ que teriam principiado, por motivos muito legítimos, o embate com os holandeses. A obra era um documento comprobatório das causas do levante de Pernambuco, que reivindicava do rei o cumprimento de sua função como soberano, qual seja, agir com justiça, buscando a concórdia entre cada uma das partes envolvidas na teoria do corpo místico, de forma a conservar a firmeza do Estado e a manter a ordem social e política, no reino e em suas ramificações ultramarinas. Essa leitura era condizente com os preceitos teológico-políticos da linguagem da escolástica-neotomista, que era o discurso político dominante no Portugal seiscentista.

Em oposição aos escolásticos estava Maquiavel, o principal teórico de uma razão de Estado, tida pelos seus detratores, como pérfida e tirânica. Em Portugal, a recusa ao maquiavelismo pode ser percebida pelo surgimento, na literatura seiscentista, sobretudo, dos "espelhos de príncipe"¹⁰, obras voltadas à instrução do príncipe, com discursos e conselhos ético-morais que visavam reproduzir a imagem de um governante justo e preocupado com os seus súditos. Embora não tenha essa finalidade explícita, o livro de Manoel Calado não deixa de ser um aconselhamento ao soberano, frente às urgências e aos perigos enfrentados pela invasão holandesa: era preciso remediar, amparar, restituir. Este era o seu fio metodológico, o

⁹ Evaldo Cabral de Mello explica que o termo "moradores" foi uma expressão consagrada para designar os habitantes da América portuguesa nos documentos oficiais dos primeiros tempos da conquista. "Escusado assinalar que a expressão referia-se apenas aos habitantes de condição livre e de origem europeia, excluindo, por conseguinte, os escravos de origem africana e o 'gentio da terra', congregado ou não nas reduções e aldeias" (MELLO, 1997: 160).

¹⁰ Sobre o repúdio à obra de Maquiavel no mundo português, e destacadamente sobre o gênero dos "espelhos de príncipes" na configuração da monarquia portuguesa, ver MONTEIRO, 2002: 152-156.

espelho do comportamento de como um príncipe cristão deveria incorrer em atitudes morais e exemplares.

Considerações finais

Manoel Calado, apesar de todas as idiossincrasias a que lhe possam se imputadas inerentes à sua condição de frade, português e homem num mundo colonial, narrou com grande vivacidade o universo seiscentista nas Capitanias do Norte. Através de *O Valeroso Lucideno* podemos acessar aspectos pertinentes ao cotidiano da sociedade colonial do século XVII. Calado retratou, a partir de um olhar atento e perspicaz, o cotidiano e as particularidades do mundo açucareiro. Vários flagrantes da vida dos colonos são revelados pelo frade: a rotina das comunidades, das missas, dos engenhos, dos salões de festas e, obviamente, das guerras. O religioso recriminou hábitos, pintou retratos heroicos ou atacou destacados personagens com a pecha de traidores. Ainda, em sua visão de história fortemente marcada pela Providência divina, não deixou de atribuir a conquista de Pernambuco pelos batavos aos pecados antes cometidos pelos moradores, envolvidos em ladroíces e outros vícios de conduta.

O Valeroso Lucideno, antes de tudo, deve ser compreendido como sendo um testemunho para a história. A formação gradual dos Estados Modernos contribuiu para a alteração do saber histórico. Como afirma Maria Lêda de Oliveira, a autonomia da política face à religião “deu a vestimenta necessária para que a História também ganhasse paulatinamente espaço preponderante dentro das doutrinas de Razão de Estado” (OLIVEIRA, 2008: 73). A intenção formal de Manoel Calado era escrever uma história que narrasse os feitos exemplares dos moradores da região. Desta forma, apresentava-se ao Rei e aos seus Ministros um relato do que se sucedia em Pernambuco, cobrando destes um alento. Manoel Calado serviu-se da metáfora do corpo político, um importante referencial que influenciou muitos dos escritos seiscentistas. Era necessário demonstrar e, mais do que isso, comprovar, as injustiças praticadas, de modo a dar legalidade aquela guerra específica. Os fatos relatados pelo frade requeriam uma serventia, uma ação política, ou assim, pelo menos, Manoel Calado pretendia demonstrar; daí a sua intenção em apontar os prejuízos acarretados pela má

administração política de Castela, ao mesmo tempo em que apresentava à Coroa os feitos realizados com forças e recursos dos próprios moradores da terra. Calado notadamente fez uso de alguns preceitos retóricos de modo a selecionar fatos e encobrir certas situações, para que outras mais dignas, sob sua ótica, se sobressaíssem.

O discurso de Manoel Calado identificava-se fortemente com as narrativas produzidas à época. O religioso português certamente estava a par dos debates entre os letrados peninsulares em relação ao que se denomina a boa razão de Estado e de seus moldes de comportamento. A Coroa e os seus súditos representavam, analogamente, a cabeça e os membros do corpo político. À autoridade, ou seja, ao Rei, caberia manter a harmonia entre as partes, ordenando-as para o bem comum. Calado, como súdito, tinha a incumbência de alertar ao Rei quanto aos desvios de hierarquia e à desordem na administração, para que a harmonia se reestabelecesse. E assim o faz, desde o início do seu escrito, ao narrar ao Rei de Portugal, os desperdícios dos moradores diante da abundância que havia na mais rica Capitania, a falta da boa gestão dos assuntos administrativos e os negócios ilícitos dos navios vindos do Peru:

As delícias de mantimentos, e licores, eram todos os que se produziam assim no Reino, como nas ilhas. O fausto, e aparato nas casas era excessivo, porque por mui pobre, e miserável se tinha o que não tinha seu serviço de prata. Os navios que vinham de arribada, ou furtados aos direitos do Peru, ali descarregavam o melhor que traziam (CALADO, 1648, Livro Primeiro, Capítulo I: 8)

O Valeroso Lucideno tinha, como já dito, uma finalidade estratégica. A obra pode ser compreendida como um projeto político pautado pelas marcas da historiografia do período, cujo esforço discursivo residia na razão de Estado, demarcada e guiada pela fé e pela mudança do devir mundano a partir do político. Este documento comprobatório propunha dissertar sobre os acontecimentos sucedidos em Pernambuco, demonstrando as causas da sublevação dos moradores da terra. Manoel Calado chama a atenção do Rei para o que ocorria na América portuguesa, clamando para que o soberano cumprisse com a sua obrigação de cuidar dos seus fieis vassallos, até então esquecidos, como é afirmado no fecho da sua obra, em relação ao dever da Coroa de “acudir a estes vassallos, que tão deliberados estão a dar as vidas por seu serviço” (CALADO, 1648, Livro Sexto, Capítulo III: 356).

Atentamos ainda para o emprego do discurso engenhoso pelo letrado português, Manoel Calado, com o intuito de proporcionar o deleite do seu leitor, como uma característica

importante em sua narrativa. Calado, que sedimentou seus escritos na longa tradição ibérica, fincada em preceitos políticos e escolásticos, aludiu que os principais autores dessa história eram os moradores da terra, ainda que subordinados à Providência divina. O objetivo de Calado foi dar a cada um o que lhe coubesse, inclusive com relação a ele próprio, visto que a escrita de uma obra histórica também se encaixaria nas estratégias de obtenção de mercês, postos e recompensas.

Apesar de fazer uso por diversas vezes de versões fantasiosas, ancoradas dentro da perspectiva providencialista da história, a obra de Manoel Calado é de extrema importância, pois nos dá uma visão do conjunto da sociedade barroca que foi produzida na América portuguesa, visão essa de homem europeu, dominante durante os primeiros séculos de colonização. Vem daí a sua importante contribuição à nossa historiografia do período. Através da sua crônica, podemos perceber as diversas nuances da complexidade do mundo colonial, refletidas no cotidiano e nos personagens lá retratados.

Entendemos *O Valeroso Lucideno* como um livro épico e um compêndio indispensável para a compreensão dos estudos acerca da história do Brasil colonial, pois a obra dá margem a novas leituras e re-significações. Do ponto de vista literário, o livro é ancorado no substrato doutrinal barroco. Do ponto de vista historiográfico, o valor é incomensurável. Manoel Calado foi espectador e contemporâneo dos acontecimentos. É certo que o autor foi parcial, mas de outro modo não poderia ter sido. Sua posição era legítima, que só uma situação iminente de guerra ocasionaria. Calado era português, religioso católico, tomou partido pelos da facção católica. O seu desejo era restaurar o Estado português, e o Brasil como parte dele. *O Valeroso Lucideno* deve ser considerado um depoimento para a história, sobre a qual o autor não se esquivou de tomar partido e referir-se a episódios dos mais diversos matizes.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fonte primária

CALADO, Manoel. *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade. Primeira Parte. Composta por o P. Mestre Frei Manoel Calado da Ordem de S. Paulo primeiro Ermitão, da Congregação dos Eremitas da Serra d'Ossa, natural de Vila viçosa. Dedicada ao Serenissimo Senhor Dom Theodosio Príncipe do*

Reyno, & Monarchia de Portugal. Em Lisboa. Com licença da Santa Inquisição, Ordinário, e Mesa do Paço. Por Paulo Craesbeeck, Impressor, & livreiro das Ordens Militares. Ano do Senhor de 1648.

Biblioteca Nacional de Portugal

http://purl.pt/13989/2/res-434-v_PDF/res-434-v_PDF_24-C-R0300/res-434-v_0000_Obra%20Completa_t24-C-R0300.pdf

Fontes complementares

FARIA, Manuel Severim de. *Discursos varios políticos.* Évora: por Manoel Carvalho, impressor da Universidade, 1624. <http://purl.pt/966/1/>

MOREAU, Pierre. BARO, Roulox. *História das últimas lutas no Brasil entre os holandeses e portugueses e Relação da viagem ao país dos tapuias* (1651). Tradução de Leda Boechat Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

Referências Bibliográficas

BOXER, Charles. *O império marítimo português 1415-1825.* Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BUESCO, Ana Isabel. *Memória e Poder.* Ensaios de História Cultural (séculos XV-XVIII). Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios sobre teoria e metodologia.* Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo. O Império em Apuros. Notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no Império Colonial Português. Séculos XVII e XVIII. In: FURTADO, Junia Ferreira (org). *Diálogos Oceânicos.* Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na época da Restauração.* São Paulo: Hucitec, 1997.

GOUVEIA, António Camões. O enquadramento pós-tridentino e as vivências do religioso. In: HESPANHA, António Manuel (Org.). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807).* 4 v. Lisboa: Estampa, 1993.

HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII.* 2 ed. São Paulo: Atelie Editorial; Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.* Tradução Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

LOPES, Marcos Antônio. Ars Historica no Antigo Regime: a História antes da Historiografia. *Varia Historia.* Belo Horizonte, v. 24, n. 40, jul/dez 2008, p. 633-656.

LOWITH, Karl. *El sentido de la historia.* Implicaciones teológicas de la filosofía de la historia. Tradução de Justo Hernandez Bujan. 4 ed. Aguilar: Madrid, 1973.

LUGARINHO, Mário César. Destino, Profecia e História: Vieira e a Historiografia Portuguesa. In: HANSEN, João Adolfo; MUHANA, Adma; GARMES, Hélder (orgs.). *Estudos sobre Vieira*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

MARAVALL, José Antonio. *La cultura del barroco*. Madrid: Ariel, 1975.

_____. *Teoría del estado em España en el siglo XVII*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O Rei no Espelho: A Monarquia Portuguesa e a Colonização da América: 1640-1720*, São Paulo: Hucitec, 2002.

MOREIRA, Marcelo. A carta, o louvor, a lei: A problemática da carta a El-Rei D. João III. *Floema*, Vitória da Conquista (4): 85-107, jul./dez. 2006.

OLIVEIRA, Maria Leda. *A história do Brasil de Frei Vicente do Salvador: história e política no Império Português do século XVII*. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht, 2008.

PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

_____. Sermões: o modelo sacramental. In: VIEIRA, Antônio. *Sermões: Padre Antônio Vieira*. São Paulo: Hedra, 2000.

SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Tradução de Maria Lucia Montes. São Paulo: Brasiliense, 1988.

THOMAZ, Luís Filipe F. R.; ALVES, Jorge Santos. Da cruzada ao Quinto Império. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (orgs.). *A memória da nação*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1991.

VILLARI, Rosario e outros. *O Homem Barroco*. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

XAVIER, Ângela Barreto. *El rei aonde póde, & não aonde quer: razões da política no Portugal seiscentista*. Lisboa: Colibri, 1998.